

60%

da carga horária deve ser ocupada por comuns da BNCC, determina texto do governo



dades regionais”, informa o órgão.

» DÚVIDAS

Na avaliação de Gilmar Ribeiro, professor de Geografia no Ensino Médio e diretor estadual da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) em São José, as medidas propostas pelo governo trazem mudanças negativas. Ele questiona, por exemplo, que até 40% da carga horária do estudante poderá ser completada com ensino à distância, sem acompanhamento presencial de professores.

“Nossa pauta de educação é a da escola integral, principalmente no Ensino Médio. Isso é discussão no mundo e o Brasil faz o caminho contrário, de reduzir horas de convívio presencial”, diz ele.

Segundo Ribeiro, os jovens no Brasil, de uma forma geral, não estariam preparados para estudar sozinhos. Não é da cultura do país esse tipo de formação. “Já encontramos dificuldade com aluno dentro de sala de aula, imagine à distância. Isso é só uma forma de economizar dinheiro, e não preocupação com formação dos jovens”.

O professor também acredita que o foco apenas em matemática e português fará com que outras áreas do conhecimento percam conteúdo, como formação humana (filosofia, biologia, história), que correm o risco de não existir mais como hoje, mas em forma de plataforma. “Tem gente criando plataformas para vender para o governo. E não é isso que a educação brasileira preci-

sa, mas escola de tempo integral”, aponta.

Segundo ele, há uma unânime rejeição dos professores à proposta da base curricular. “Não tínhamos a noção do tamanho da rejeição. Os professores não concordam com isso, e acredito que os pais não se manifestaram porque ainda não tiveram envolvimento [com a proposta]. Se for implantada do jeito que está, os pais vão descobrir o quanto isso é ruim”.

Para ele, o foco das medidas viés é prioritariamente econômico. “Eles estão enfraquecendo a escola e tornando a educação mais barata”. “O Ensino Médio tem que ter muita qualidade para que todos tenham oportunidade de chegar à universidade. Fará [o curso superior] quem escolher, mas a oportunidade tem que ser dada”, comenta.

“Não podemos ter o Estado decidindo quem vai ou não para a faculdade. Tem que democratizar e dar qualidade para que todos possam chegar à universidade. Política pública de educação é de prover as condições para que todos os jovens tenham acesso e façam a escolha de querer ou não”.

Ribeiro não nega que é necessária uma reforma do Ensino Médio, mas questiona a que foi proposta pelo governo. “O que se está propondo é pior do que temos hoje. Tem que propor uma discussão ampla e envolver todos os segmentos da sociedade, como professores, estudantes, pais e grupos organizados da sociedade civil. A sociedade não vai mudar sem escola”.

Aposentadoria de professores pode mudar

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 287, que prevê a Reforma da Previdência, prevê a extinção das aposentadorias especiais, categoria que inclui os professores. A idade para educadores se aposentarem pode ser igualada em 65 anos, assim como a dos outros trabalhadores (com exceção dos militares).

Professores que até a data de promulgação da emenda tenham 50 anos ou mais e professoras com 45 anos ou mais poderão se aposentar após cumpridos 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos no caso das mulheres.

Até o momento, professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, policiais federais e civis dos Estados e cargos que se expõem a agentes nocivos à saúde

de têm direito à chamada aposentadoria especial.

Essa separação decorre do fato de tais profissionais estarem expostos a trabalhos mais desgastantes ou arriscados. No caso dos docentes, a idade mínima é de 55 anos para homens e de 50 para mulheres.

Já o tempo de contribuição mínimo para homens e mulheres é de 30 e 25 anos, respectivamente. Essa regra é válida para quem contribui pelo regime geral da Previdência, o que é o caso da maioria dos educadores da rede particular e pública.

A definição das regras depende da aprovação da Reforma da Previdência, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. O Governo Federal quer aprovar o texto em novembro, após as eleições.